



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1550

DE MUHAMMAD IKHSHIDID A KAFUR, O EUNUCO NÚBIO: UM EMIRADO AUTÔNOMO NO EGITO, 935-969¹

José Henrique Rollo²

Este breve estudo tem quatro objetivos. Três são propriamente históricos, no sentido mais simples do termo. Eles tratam de processos e eventos ocorridos em uma época e em uma região bastante remotas, o Egito no décimo século depois de Cristo. O objetivo que sobra é teórico. Proponho uma ligeira discussão a respeito de um modelo não formalizado de cunho estrutural-funcionalista empregado para explicar os motivos mais amplos que levaram certas elites dirigentes a adotarem eunucos, soldados escravos ou, mais vagamente, *estrangeiros*, como elementos centrais na condução da administração das tropas, dos negócios do Estado e dos interesses particulares de indivíduos e clãs poderosos. Por comodidade e pela falta de tempo para uma exposição mais detalhada, os objetivos propriamente históricos ficaram subordinados ao objetivo teórico. Por comodidade, evitaram-se as citações. Os dados factuais mencionados podem ser checados nas referências bibliográficas apenas ao final do texto. Como não há espaço para discussões terminológicas, as duas principais noções sociológicas que compõem o modelo explicativo foram definidas axiomáticamente.

Um termo chave é *estrangeiro*, ou melhor, o produto de um processo social de *estrangeiramento*. Ressalvadas algumas exceções, indivíduos absolutamente despojados de direitos ou considerados como propriedades de outros, como sói acontecer com os escravos, são socialmente estrangeiros, isto é, *são destituídos de determinados atributos que os assemelhariam aos demais membros mais ou menos livres da sociedade na qual estão inseridos*. Acentuo esse processo para deixar claro que, embora sejam conhecidas sociedades – como nos Reinos da Coréia e da Rússia nos séculos XVII e XVIII – nas quais seus próprios membros foram reduzidos ao cativeiro sem que isso fosse

¹ Texto-guia para uma comunicação no VII Congresso Internacional de História, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, outubro de 2015.

² Professor do Departamento de História e pesquisador do Laboratório de Estudos Americanos, Africanos e Orientais (Leaao) e do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (Tulha) da Universidade Estadual de Maringá.

acompanhado ou precedido de alguma elaboração ideológica justificativa, no mor das vezes isso não acontece (Hellie, 1974). Despido de vários direitos e, a depender da sociedade, de vários indicativos de humanidade, o estrangeiro é, contudo, *funcional* em diversos sentidos. Um desses sentidos será explorado a seguir: seu papel como administrador, como homem de confiança e como comandante militar.

Outro termo chave é dado pela ideia de *recursos (ou mecanismos) organizacionais*. Ela designa dispositivos funcionais de controle que podem ser acionados por setores das elites dirigentes para melhorar seu desempenho no tocante ao domínio que exercem sobre as sociedades subjugadas. Essa ideia é tributária da seguinte premissa teórica: os atores sociais não são pura e simplesmente efeitos moventes de estruturas impessoais complexas; eles armazenam informações e adquirem capacidade para tomar decisões a fim de maximizar seus ganhos materiais e simbólicos e que podem ter, entre outras consequências, uma ampliação de suas margens de manobra. Recursos organizacionais resultam de experimentos e de saberes acumulados. Eles são percebidos pelos atores sociais das mais diversas maneiras e seria pouco razoável supor que estes deveriam ter a mesma compreensão desses dispositivos que os pesquisadores têm. Quando os governantes adotam escravos-soldados ou eunucos para comandarem tropas ou gerenciarem a burocracia, eles esperam destes uma lealdade advinda do desenraizamento, da ausência de laços familiares e do sentimento de que estão minimamente protegidos. Em suma, lançam mão de um recurso para aumentar seu poder (autoridade, prestígio) no interior da organização política.

No modelo explicativo a ser discutido em clave empírica, as noções acima referidas indicam uma relação de causalidade sistêmica mútua. Para que um recurso (ou mecanismo) se mostre implantável e eficaz, ele requer acumulações organizacionais prévias. No caso em tela, para que a gestão dos negócios civis e militares de um Estado ou de um clã se beneficie da eficácia potencial de soldados-escravos, eunucos e outros alienígenas estes precisam ser obtidos com regularidade. Ainda que variem muito no tempo e no espaço, os meios principais são a guerra (para a obtenção de corpos vencidos), a compra no mercado de cativos e a escravização por dívidas ou por delito. Na ótica do governante, uma das vantagens que esse recurso oferece é a limitação do número de homens livres que participam dos assuntos do Estado ou da Chefia e que podem usar o poder de que dispõem para cultivar suas próprias articulações políticas e ambicionar o aumento de sua autoridade e prestígio. Vejamos como esse modelo funcionou efetivamente em um feixe de tensões historicamente situadas.

O Egito tornou-se uma província de Roma um pouco antes do começo da Era Cristã, e logo se transformou no principal celeiro de arroz, trigo e leguminosas da Metrópole. A antiga elite ptolomaica de fala grega foi incorporada ao esquema de dominação imperial e a população trabalhadora, em boa medida concentrada em atividades agrícolas e vivendo em pequenas aldeias a beira do Nilo, continuou fazendo o que sempre fizera. O país foi ocupado por tropas cujos comandantes falavam latim e por turistas que vinham do outro lado do mar para observar de perto as maravilhas que os marinheiros e os letrados descreviam. Isso foi muito bom para os negócios e péssimo para os monumentos. Aproveitando a *Pax Romana* no Mediterrâneo, havia, já naquela época, roteiros turísticos bem definidos, uma infraestrutura de serviços e até mesmo venda de suvenires (Casson, 2001). É claro que nem tudo funcionou como os romanos desejavam. Nos séculos II e III houve muitos protestos cristãos e muita repressão militar. Do século IV em diante, à medida que o Estado Romano adotou o Cristianismo como ideologia religiosa, os protestos diminuíram, mas houve sempre uma forte tensão entre a alta hierarquia clerical católica e a confissão cristã dominante entre os egípcios, a variante copta. Esse estado de coisas era continuamente agravado pela sanha tributária imperial, que não arrefeceu, bem ao contrário, quando a região ficou sob o controle de Bizâncio (Goldschmidt, 2008).

Tudo isso explica, segundo a sabedoria convencional entre os historiadores, porque os árabes foram apoiados por uma parcela importante da população local, em particular dos cristãos coptas, quando conquistaram o Egito entre 639 e 646. Como os romanos, séculos antes, eles queriam, antes de mais nada, os grãos produzidos no delta do Nilo. Também queriam obter butins, converter almas e cobrar tributos. Porém, o que encontraram inicialmente foi uma economia arruinada pelos anos de guerras entre os persas e os bizantinos (619-629). Campos abandonados, feiras vazias, marinha inoperante, animais de carga desnutridos e doentes (Jehel, 1992). A retomada do crescimento econômico da província se tornou a meta fundamental dos novos dirigentes. Durante os governos do general Amr ibn al-As, entre 641 e 664, as estradas foram recuperadas, fizeram-se obras hidráulicas, os camponeses voltaram aos campos, a ordem tributária foi reorganizada e a agricultura cresceu. Edificou-se uma nova capital em Fustat, próximo ao rio Nilo, a 170 quilômetros do litoral. Sendo minoria, os árabes foram obrigados a recrutar locais para o serviço administrativo. Amr ibn al-As foi sucedido por dezenas de governadores que, de um modo geral, praticaram gestões

extremamente repressivas e forte extorsão tributária. Daí os motins populares e as quedas frequentes no abastecimento agrícola (Egger, 2004; Goldschmidt, 2008).

Por meados do século IX, o Estado Abássida estava assediado por três grandes vetores centrífugos que ameaçavam seriamente sua reprodução. Primeiro: as rebeliões populares. A mais importante delas ocorreu no sul da Mesopotâmia, entre 869 e 883, envolvendo escravos de origem africana (os *Zanj*) e outros grupos subalternos. O califa gastou uma parte substantiva do tesouro no combate a esses movimentos. Segundo: a presença cada vez mais influente na corte de militares turcos que aos poucos se tornaram a efetiva elite dirigente e deslocaram a pessoa do califa para um terreno quase que exclusivamente religioso. Terceiro: a crescente dificuldade abássida de manter o controle centralizado de um espaço imperial que se estendia da Península Ibérica até a Ásia Central. Não havia recursos humanos e materiais para isso. Ademais, não era possível confiar inteiramente nos dirigentes provinciais (os *emires*), que, com frequência, tomavam iniciativas destinadas a fortalecer sua autonomia. Desde 756, quando um sobrevivente da Casa Omíada, destronada em Damasco pelos Abássidas, em 750, lograra criar um emirado independente na Península Ibérica, os dirigentes imperiais sabiam que forças centrífugas altamente desestabilizadoras operavam o tempo todo e podiam sair vitoriosas (Goldschmidt, 1999; Corm, 2000; Egger, 2004).

No começo do século IX, os dirigentes do Estado Califal decidiram intervir no Egito. Em 832, o califa Al-Mamun viajou para Fustat acompanhado por membros do alto clero copta e por militares turcos. Ele parecia estar convencido de que sua *entourage* seria um fator de restauração da ordem e de abertura para negociações entre a elite dirigente e a população. E esperava que os comandantes turcos, de notória devoção à sua pessoa e sem relações com as elites locais, pudessem tornar a administração da província mais eficiente e menos impopular. Esquemáticamente falando, o procedimento era simples. Os militares turcos, legalmente reduzidos ao estatuto de escravos do califa, não possuíam quaisquer raízes naquela parte do Império. Seus soldados eram, em sua maioria, jovens solteiros que falavam um idioma desconhecido na região, vivam aquartelados boa parte do tempo e eram muçulmanos entusiasmados. Portanto, era vantajoso emprega-los, mesmo que isso implicasse um abismo mais ou menos profundo entre as autoridades imperiais e as diversas camadas sociais egípcias. Todavia, o Tenente dos Crentes estava a recorrer a um arriscado dispositivo organizacional que ainda não se mostrara eficaz em um corte temporal longo. (Kennedy, 2002; Lindsay, 2008).

De meados do século IX até as últimas décadas do século X, a província egípcia do Califado Abássida conheceu duas tentativas relativamente bem sucedidas de construção de emirados autônomos governados por militares turcos. A primeira esteve ligada à dinastia dos Tulunidas (868-905) e a segunda à dinastia dos Ikhshidids (935-969). Em 868, durante o reinado do califa Al-Mutazz, Ahmad ibn-Tulun (835-884) assumiu o governo do Egito e não demorou a tomar uma série de medidas para concentrar a autoridade provincial em suas mãos e nas mãos de seus familiares e subordinados mais próximos. Ele comprou o apoio de setores da elite local e dos comandantes militares distribuindo generosamente direitos de auferir renda sobre parcelas de terra e aproveitou para promover mudanças drásticas no oficialato administrativo e militar. Em 876, ele decidiu não mais enviar para Bagdá todo o montante dos impostos arrecadados e agigantou seu prestígio ao investir uma parte dos tributos arrecadados em melhoramentos urbanos. No ano seguinte, alegando combater os desmandos do governador da Síria, ele reuniu uma enorme tropa composta por turcos e sudaneses e tomou aquela região. Daí em diante, ele estendeu seus domínios até a Líbia e confrontou os bizantinos na Anatólia. Ao tempo de sua morte, em 884, o Egito voltara a ser um grande exportador de alimentos. Era, também, um grande comprador de escravos europeus, asiáticos e africanos (Delacampagne, 2002; Bacharach, s/d).

Os sucessores de Ahmad ibn Tulun não tiveram sua capacidade administrativa e militar. Tampouco herdaram seu prestígio. Seus breves governos foram consumidos por enfrentamentos violentos entre cliques da elite dirigente. Em 902, Al-Muktafil assumiu o Califado acenando com a bandeira da reunificação do Império Abássida, cujo primeiro passo devia ser a retomada do Egito e da Síria. Dois anos depois, suas tropas atacaram Fustat. O pequeno império dos Tulunidas não pode contar com militares leais o suficiente para defendê-lo e foi facilmente tomado em meados de 905. Os bens da dinastia foram confiscados e seus membros levados como prisioneiros para Bagdá. Contudo, a reintegração do Egito e da Síria ao Califado malogrou. De 905 a 935, sucederam-se anos de motins, de quedas abruptas de governantes e de disputas violentas entre segmentos da elite dirigente. Nenhum chefe militar, porém, foi capaz de dar plena vazão às suas ambições, pois não era possível fazer muita coisa sem o apoio dos soldados, que cobravam muito caro por isso (Sundelin, 2005).

De todo modo, aquelas circunstâncias favoreciam sobremaneira os governantes e comandantes militares das chefias e dos principados vizinhos, como os Hamidanidas, da Síria e da Mesopotâmia, e os Fatimidias, da África do Norte. Eles podiam se sentir

seguros, pois não havia quem os desafiasse, como nos tempos de Ibn Tulun. E podiam esmerar suas próprias intenções expansionistas sobre o Egito e o Levante. Os Fatímidas, que estabeleceram sua capital em Al-Mahdiyya, no litoral do que hoje é a Tunísia, tinham forte sustentação militar em algumas tribos berberes. Como era comum entre as dinastias governantes dos tempos pré-modernos, eles procuravam expandir seus domínios permanentemente a fim de ampliar seu escopo tributário. Para isso, era fundamental controlar rotas comerciais e de peregrinação, aldeias e cidades. Também queriam propagar a fé ismaelita, variante do Islã que adotavam. Em 914 e em 919, seus barcos atacaram Alexandria, no litoral egípcio. Na primeira ocasião eles foram vencidos com certa facilidade, mas na segunda, embora a marinha tenha sido rechaçada, seu exército conseguiu avançar até o grande oásis de Faium, de onde só foi expulso em 920. Convém lembrar que os Fatímidas não eram rivais comuns. Eram soldados altamente motivados que compartilhavam a crença na iminente volta do Mahdi (o Imã Escolhido) e pretendiam construir um califado que traduzisse seu projeto político-religioso. Eles eram inimigos viscerais de Bagdá e de seus seguidores contra os quais mantinham uma verdadeira máquina de propaganda através de seus pregadores itinerantes (Egger, 2004; Goldschmidt, 1999).

Em 934, os egípcios foram atingidos por um terremoto que causou muitas mortes e grandes destruições. Pela mesma época, meteoritos rasgaram os céus. Nas mentalidades coletivas, esses fenômenos naturais foram encaixados facilmente no quadro de crise. Eram castigos divinos e alertas de que algo ainda mais terrível estava por acontecer. Esse ambiente facilitou a propaganda anti-sunita dos Fatímidas, mas ainda não foi naquela ocasião que eles puderam se apoderar do delta e do vale do Nilo. No ano anterior, pouco antes de ser destronado por conspiradores palacianos, o califa Al Qahir escolheu Muhammad ibn Tughj para governar o Egito e a Síria. Oriundo de uma prestigiada família de militares turcos da Ásia Central, ele conhecia bem o Egito, pois lá estivera, na segunda metade da década de 920, a serviço de Tekin, um governador provincial, que o enviou para erradicar motins no vale do Nilo. Ele demorou dois anos para assumir o cargo, pois nesse interim estivera a combater sediciosos no Levante (Sundelin, 2005). A princípio, sua presença no país do Nilo não passava de mais uma tentativa do califado de empregar militares com folha de bons serviços prestados aos Abássidas para conter a crise nas províncias. Desta feita, porém, acabou acontecendo algo bem diverso.

Não há como saber se a disposição para se distanciar de Bagdá e criar um emirado, estava desde o início nos planos de Ibn Tughj. No entanto, considerando a conjuntura regional, é bastante plausível supor que, tal como ocorreu a outros antes dele, a ideia não lhe devia ser estranha. Ademais, a ocasião era extremamente favorável à ação de militares com tino administrativo, dispostos a organizar sua própria tropa, manter um *clique* sob seu controle e obter apoio suficiente para desafiar o califa. Logo que assumiu o cargo, ele se livrou do influente clã dos Madarani, que mantinha a concessão da arrecadação dos impostos. Em seguida, teve dois sucessos militares: repeliu um ataque dos Fatimidas a Alexandria, em 936, e aprisionou o comandante insurreto das tropas abássidas na Síria, Ibn Raiq. Essas façanhas lhe permitiram conseguir, em 938 ou 939, que o califa Radi lhe concedesse o título honorífico de *ikhshid* (em persa, *príncipe*). Prestigiado, o turco muito rapidamente se apoderou da Palestina e das cidades santas do Hijaz. Foram dez anos de um governo ambigualmente julgado pelos contemporâneos. Ele foi louvado pela restauração da segurança pública e pelas vitórias contra os inimigos próximos ou distantes. Mas, foi duramente desprezado pela cobrança de impostos excessivos. Tanto ele quanto seus sucessores – a dinastia dos Ikhshidids como ficou conhecida – não empregaram o dinheiro obtido para melhorias e proteção das áreas sob seu controle. Na realidade, eles ficaram com boa parte do que arrecadaram para si mesmos (Sundelin, 2005; Goldschmidt, 2008).

Ibn Tughj faleceu em 946. Unujur (ou Anujir), seu herdeiro imediato, era muito pequeno para assumir o mando do emirado e coube ao seu tutor, o eunuco Abu al-Misk Kafur (Cânfora Almiscarada), exercer o poder efetivo a espera de que ele crescesse o suficiente para ter legitimidade diante dos aliados. Mas ele morreu em 960, e seu irmão mais novo, Abu'l Hasan Ali, empossado no ano seguinte como sucessor, morreu em 966. Daí em diante, o regente avocou o sobrenome al-Ikhshid, assumiu o título de *al-Ustadh* (o senhor) e instalou-se no poder, após distribuir generosas prebendas para neutralizar os focos de oposição. Não se sabe muita coisa sobre o passado desse homem negro, que ascendeu da escravidão ao comando de um emirado. Ele nasceu na Núbia ou na Etiópia, na segunda década do século X. Mas não se tem claro quando ele foi comprado pelo emir. Tampouco temos notícias precisas das atividades que ele pode ter exercido dentro e fora da corte antes de se tornar tutor dos filhos de Muhammad Ibn-Tughj. Sabemos, porém, que, em 942 e em 945, ele foi um dos comandantes que venceram os Hamidanidas na Síria, o que sugere que já estava bem posicionado na hierarquia palaciana (Sundelin, 2005; Fromherz, 2012).

Kafur governou um pequeno império cujo centro era Fustat e estendia seus tentáculos do Hijaz (o litoral da Arábia banhado pelo Mar Vermelho e as cidades santas de Meca e Medina), o vale e o delta do Nilo, uma boa parte do Levante e várias ilhas do Mediterrâneo. Este espaço foi constantemente assediado por velhos inimigos, como Bizâncio, pelas quase anônimas tribos beduínas que emergiam dos desertos em busca de butins, por competidores poderosos, como os Fatímidas, e pela formidável pressão exercida pelo califado abássida para recuperar as províncias desgarradas. Mundo de famílias camponesas, de pequenos mercadores e de artesãos, sua renda advinha principalmente do controle dos portos de comércio, dos impostos cobrados nas feiras e nos entrepostos das caravanas, e do que era conquistado nas guerras. Quer como regente, quer como emir efetivo, Kafur se empenhou em promover uma expansão contínua dos domínios do emirado. Além de manter o controle do que fora conquistado por Ibn Tughj, ele se voltou para o próprio vale do Nilo. Em 957, por exemplo, suas tropas tomaram áreas na Núbia. Isso lhe dava acesso às rotas que conectavam o Norte da África ao Sahel, permitindo-lhe, entre outras coisas, envolver-se no comércio de escravos (Sundelin, 2005; Fromherz, 2012).

Era fundamental manter um tesouro abastado, condição essencial para dispor de tropas satisfeitas com os ganhos e para comprar o apoio de notáveis locais. Também era por meio dele que o governante ampliava seu cabedal simbólico. Um traço constante dos emirados muçulmanos medievais era o apreço pelas atividades literárias, as investigações eruditas e as obras marcantes de arquitetura. As elites tinham a obrigação de peregrinar a Meca e ficariam muito mal diante das massas devotas se não o fizessem. Elas viam no mecenato um modo de atrair atenção e admiração e mesmo de louvar a Deus. Inscreviam-se, deste modo, nas memórias coletivas e muitos dirigentes só foram lembrados pela posteridade pelo que fizeram nessas matérias (Sourdell, 2009). Kafur não foi diferente. No auge de sua fama e prestígio, a ele foram dedicadas orações em Damasco, em Meca e no Cairo. Contudo, os letrados medievais pintaram-no com tintas discrepantes. Ora elogiavam-no pela argúcia no governar, ora ridicularizavam sua cor, seu porte físico e, por suposto, sua condição sexual (Sundelin, 2005; Fromherz, 2012). Ao assentar-se no poder, ele fez o que muitos dirigentes islâmicos fizeram antes e depois dele: montou sua própria tropa de elite (conhecida como *al-kafuriyya*) para se proteger, manter seus aliados sob controle, eliminar os rivais e, de quebra, assegurar a ordem pública. Sua tropa não era composta por soldados de ascendência centro-asiática,

mas sobretudo por sudaneses adquiridos no mercado de escravos ou em razias e treinados para serem militares de alto nível (Bacharach, s/d).

O emprego de escravos-soldados como recurso organizacional por alguém que em si mesmo já era a própria síntese de uma outra modalidade de recurso organizacional, o eunuco administrador, dependeu, por suposto, da capacidade de manter a reprodução continuada do plantel. Não se sabe muita coisa sobre isso, mas é bem provável, pelo que é possível deduzir de outras situações no Islam Medieval, que a manutenção da *al-kafuriyya* tenha sido feita quer pelo recrutamento de homens livres dispostos a aproveitarem as vantagens do serviço militar, quer pela aquisição de cativos nos mercados. Assim como os turcos e, mais tarde, os mamelucos circassianos, eles eram estrangeiros. Eram etnicamente alienígenas, embora os egípcios estivessem cansados de conhecer (e integrar socialmente) pessoas vindas de áreas distantes do Alto-Nilo ou mesmo da África Subsaariana. E, como escravos, eram socialmente estrangeirados. Todavia, nunca é demais recordar que esses homens não tinham um *status* similar ao dos cativos romanos ou americanos. A eles não era vedada ou fortemente dificultada a mobilidade ascendente, a propriedade de bens de prestígio ou mesmo a posse de escravos (Kennedy, 2002; Gordon, 2005; Lindsay, 2008).

Todo mundo conhece a passagem de Herodoto sobre ser o Egito uma dádiva do Nilo. Entretanto, o velho grego esqueceu de falar do quanto o rio também pode ser cruel com seus filhos. Há épocas em que ele não sobe e outras nas quais demora a descer. Em 963 e em 968-969, as águas não cresceram o suficiente, a várzea fértil ficou infértil e a produção de alimentos foi muito baixa. Grassaram as ondas de fome. Espocaram os protestos. Para piorar, naquela década a capital foi assolada por um terremoto e por um incêndio devastador. Nesses momentos era difícil conter as tropas exaltadas, inclusive os sudaneses. Kafur não chegou a conhecer os resultados deletérios da segunda grande crise de abastecimento. Ele morreu de morte morrida em Fustat, em 968, e foi enterrado em Jerusalém. Seu sucessor, um neto de Ibn Tughj que mal saíra da infância, foi instalado no trono, mas não passou de um joguete nas mãos dos militares e burocratas aristocratizados que dominavam a corte. Em julho de 969, Jawar, um general fatimida, tomou Fustat de assalto e o emirado dos Ikhshidids foi extinto. Tal como ocorrera na queda dos Tulunidas, em 905, os parentes de Ibn Tughj, os antigos apaniguados de Kafur e muitos notáveis egípcios, turcos e sudaneses foram passados a fio de espada, mas a grande maioria rapidamente negociou sua lealdade à nova elite dirigente.

No decorrer do século XX, nacionalistas egípcios de todas as cores ideológicas mencionaram exaustivamente um traço que reputam fundamental na definição das pautas históricas de longa duração em seu país: a distância étnica entre as elites e as camadas populares. Desde o tempo dos Ptolomeus, que eram fortemente helenizados, os idiomas, os costumes, a vida cotidiana dos setores dominantes eram radicalmente diferentes do que acontecia com as massas. O advento do Islam teria atenuado um pouco a força desse padrão, mas isso não durou muito tempo. Do século IX até o século XX, os dirigentes – fossem turcos, caucasianos ou europeus – viviam apartados das camadas populares. Esses grupos teriam agido como força de ocupação que assegurava para si e/ou para uma metrópole distante – Damasco, Bagdá, Istambul, Londres – a extração do excedente agrícola e dos tributos. Mas os nacionalistas tendem a omitir ou a minimizar o papel desempenhado pelas *elites médias*. No Egito, bem como noutras partes do Mundo Islâmico Medieval e Moderno, o controle externo só foi eficaz quando foi reforçado por fatores internos. A camada dominante era bem mais ampla do que um pequeno número de soldados e burocratas de ascendência centro-asiática ou africana. Ela contava com o concurso de notáveis regionais de origem copta ou árabe e dispunha do apoio – mais ou menos amplo a depender da conjuntura – de funcionários públicos, militares de médias patentes e negociantes extraídos localmente.

A noção de *elites médias* se refere a grupos que, no interior de uma organização política relativamente delimitada, exercem algum poder, possuem autoridade e prestígio, mas estão subordinadas a estratos mais poderosos que conformam a camada dominante da elite dirigente. Esse termo provém do esquema teórico proposto por Harold Lasswell e Abraham Kaplan (1961) para a análise da vida política no Mundo Contemporâneo. Mas ele contém potência descritiva suficiente para ser extrapolado para épocas e lugares distantes. Seu emprego como vocábulo descritivo ajuda a enfatizar a ideia de que os indivíduos e os grupos que compõem esse estrato também fazem parte, ainda que como segmento subalternizado, da elite dirigente. No passado egípcio, assim como no passado de vários outros países, uma parcela dessa elite média era composta por homens não-livres, que deviam se reportar diretamente aos governantes. Estes, não raro, viam a si mesmos como a estabelecerem relações paternas com seus subordinados e dependentes, de tal modo que, em muitas sociedades, o léxico que designava os papéis familiares também era empregado para nomear os senhores, seus escravos e outros subalternos.

Quanto ao conceito de *recursos (ou mecanismos) organizacionais*, observe-se que ele pertence a um quadro articulado de hipóteses sobre as condições de funcionamento de uma ordem sociopolítica. Ele oferece uma explicação plausível para as razões causais (sejam estruturais, sejam conjunturais) e motivacionais de determinadas tomadas de decisão. Assim, ao optarem pela montagem de uma elite média composta por eunucos, escravos-soldados e outros indivíduos socialmente estrangeirados, os dirigentes de um Estado – como, por exemplo, o Egito dos Ikhshidids – reiteravam decisões administrativas (civis e militares) tomadas por seus similares em outras regiões ou em outros momentos e mais uma vez operavam, por assim dizer, experimentalmente, nem sempre tendo plena consciência disso. Na época de Kafur, esse tipo de elite média já se revelava um perigo iminente. Entre os Samanidas, uma dinastia iraniana que governava, desde 900, uma parte do que é hoje o Afeganistão e uma vasta área da Transoxiana, oficiais da tropa de escravos-soldados do sultão estavam a correr sua autoridade por dentro. De 961 em diante, eles tentaram golpes de estado, promoveram motins e conseguiram isolar e governar áreas autônomas, até que, em 999, tomaram finalmente o poder e fundaram uma nova dinastia, os Gaznavidas (Wahab & Youngerman, 2010). Em suma, tanto o califa quanto os emires ombreavam com os inimigos, mas seria anacrônico demais esperar que eles percebessem claramente o que estava a acontecer.

Referências bibliográficas:

- BACHARACH, J. African military slaves in the Muslim Middle East. **BlackPast.org. Remembered & Reclaimed.** (Publicação online. Disponível em <http://www.blackpast.org/perspectives/african-military-slaves-muslim-middle-east> - consultado em outubro de 2013).
- CASSON, L. **Everyday Life in Ancient Egypt.** Baltimore/London: The John Hopkins University Press, 2001.
- CORM, G. **Le Moyen-Orient.** Paris: Flammarion, 2000.
- DELACAMPAGNE, C. **Histoire de l'Esclavage.** Paris: Le Livre de Poche, 2002, p. 116-124.
- EGGER, V. O. **A History of the Muslim World to 1260: The Making of a Civilization.** Upper Saddle River: Pearson/Prentice-Hall, 2004.

- FROMHERZ, A. J. Kafur, Abu al-Misk In: AKYEAMPONG, E. & GATES, Jr, H. L. (Eds). **Dictionary of African Biography**. New York: Oxford University Press, 2012, Volume 3, p. 261-262.
- GOLDSCHMIDT, Jr., A. **A Concise History of the Middle East**. Boulder: Westview, 1999.
- _____. **A Brief History of Egypt**. New York: Facts On File, 2008.
- GORDON, M. **The Rise of Islam**. Indianapolis: Hackett, 2005.
- HELLIE, R. Slavery. **Encyclopaedia Britannica**. 15th edition, Vol. 27, 1974, p. 285-298.
- JEHEL, G. **La Méditerranée Médiévale, de 350 a 1450**. Paris: Armand Colin, 1992.
- KENNEDY, H. **Mongols, Huns and Vikings: Nomads at War**. London: Cassel, 2002.
- LASSWELL, H. & KAPLAN, A. **Power and Society**. New Haven : Yale University Press, 1961.
- LINDSAY, J. E. **Daily Life in the Medieval Islamic World**. Indianapolis: Hackett, 2008.
- SOURDEL, D. **L'Islam**. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.
- SUNDELIN, L. Egypt: Tulunids and Ikhshidids, 850-969 In: SHILLINGTON, K. (Ed.). **Encyclopedia of African History**. New York: Fitzroy Dearborn, 2005, Vol. 1, p. 430-431.
- WAHAB, S. & YOUNGERMAN, B. **A Brief History of Afghanistan**. New York: Facts On File, 2010.